

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.392 - MG (2019/0043435-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : KENIA MARIA ROSA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Kênia Maria Rosa interpôs este recurso contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais no HC n. 1.0000.18.13.0333-0/000, que manteve a prisão preventiva decretada nos Autos n. 0514.18.003633-7, feito ligado ao Processo n. 0514.18.004309-3, em curso na 1ª Vara Criminal da comarca de Pitangui/MG. Eis a ementa do julgado ora impugnado (fl. 290):

HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - PREVENTIVA DECRETADA - DECISÃO MOTIVADA - REVOGAÇÃO - INVIABILIDADE - PRESENTES OS REQUISITOS DOS ARTS. 312 E 313 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - GRAVIDADE CONCRETA - PRISÃO DOMICILIAR - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUALQUER DAS HIPÓTESES ELENCADAS NO ART. 318 DO CPP - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO - ORDEM DENEGADA.

É medida que se impõe a manutenção do acautelamento provisório do paciente, eis que presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, constantes do art. 312. do Código de Processo Penal.

Menciona que foi presa preventivamente em 14/7/2018, em virtude de mandado de prisão expedido, ante procedimento investigatório criminal, e está sendo processada como incurso nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006.

Argumenta, em suma, que são abstratos os fundamentos adotados para decretar e manter a cautela extrema e que é necessária a substituição da custódia em estabelecimento prisional pela prisão domiciliar, porquanto é mãe de um filho menor de idade, o que encontra respaldo no art. 3º da Lei n. 13.257/2016.

Em caráter liminar, requer seja-lhe permitido aguardar em liberdade o julgamento deste recurso. Ao final, busca seja revogada a custódia preventiva para que se defenda solta até o julgamento da ação penal e respectivo trânsito

em julgado de eventual sentença condenatória, aplicando medidas cautelares diversas da prisão, em especial a prisão domiciliar.

Estes autos foram a mim distribuídos por prevenção. Já tramitam por aqui os RHC n. 105.326, 105.429, 105.856 e 106.416, de corréus.

É o relatório.

Da rápida leitura das peças dos autos, não percebo o *fumus boni iuris* necessário para a concessão da medida de urgência requerida.

Ao que parece, a prisão preventiva foi decretada, de acordo com as palavras do Magistrado de piso, em virtude dos *indicativos da reiteração criminosa por parte da acusada* (fl. 133), que ocupa, inclusive, posição de destaque ao lado de seu filho, Marcus Vinícius, de 20 anos, ambos presos na *Operação Velha Serrana*.

Conforme o acórdão, *a despeito de ter comprovado nos autos que a paciente é genitora de menores de idade, nenhum deles tem menos de doze anos*, idade máxima prevista pelo art. 318 do Código de Processo Penal para a concessão da prisão domiciliar (fl. 295).

Indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo *a quo* a respeito da atual situação da ação penal e da ora recorrente, esclarecendo sobretudo se perdura a prisão cautelar dela.

Depois de juntadas, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator